



Plano Anual de Auditoria

EXERCÍCIO 2025



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3	6. ORÇAMENTO	11
2. CAPACIDADE OPERACIONAL	4	7. CAPACITAÇÃO	11
2.1 Estrutura da Secretaria.....	4	8. DESEMPENHO E MÉTRICAS.....	12
2.2 Pessoal Disponível.....	4	8.1 Indicadores de Desempenho (KPIs).....	12
2.3 Capacidade Quantitativa	5	8.2 Objetivos e Resultados-Chave (OKRs).....	13
2.4 Capacidade Qualitativa	6	APÊNDICE 1	14
3. RECURSOS NECESSÁRIOS.....	8	a) Auditorias	14
3.1 Infraestrutura	8	b) Análises mandatórias.....	15
3.2 Serviços contratados.....	8	c) Monitoramentos	16
4. AÇÕES PREVISTAS	9	d) Consultorias	16
4.1 Auditorias	9	APÊNDICE 2	17
4.2 Gestão Interna	10	a) Gestão Interna.....	17
5. CUSTO	10	APÊNDICE 3	18
		a) Ações de capacitação.....	18

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício de 2025 foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução n. 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Resolução TRE-SP n. 640/2024. Este plano é parte integrante do processo de planejamento das auditorias, que se inicia com a elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) e se desdobra no PAA, ambos fundamentados na análise de riscos e nas prioridades estratégicas da instituição.

O planejamento de auditoria é um processo fundamental para garantir a efetividade e a eficiência das ações de controle interno, permitindo a identificação e mitigação de riscos que possam impactar a gestão pública. Neste sentido, o PAA não apenas delinea as atividades a serem desenvolvidas no ano, mas também busca integrar as diretrizes institucionais com os desafios enfrentados pela organização, priorizando auditorias que promovam a transparência e a melhoria contínua dos processos administrativos.

O PAA 2025 alinha-se ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI Ciclo 2021–2026), garantindo que as atividades de auditoria estejam em harmonia com os objetivos estratégicos da organização. Essa conformidade assegura que a auditoria interna observe os padrões de qualidade, ética e competência estabelecidos para o setor público, promovendo uma atuação que reforce a credibilidade e a eficiência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Além disso, o PAA está em conformidade com os seguintes normativos:

- Resolução CNJ n. 309/2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário;
- Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2022–2025 das Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral, aprovado pela Portaria TSE n. 761/2021;
- Resolução TSE n. 23.500/2016 que dispõe sobre as diretrizes acerca das Auditorias Integradas a serem realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral;
- Plano Anual de Ações Coordenadas de Auditoria do Poder Judiciário, aprovado anualmente pela Comissão Permanente de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 14 da Resolução CNJ n. 308/2020, com redação dada pela Resolução CNJ n. 422/2021;
- Instrução Normativa TCU n. 84/2020, que determina a execução anual de auditoria financeira integrada com conformidade referente às contas dos administradores das organizações públicas;
- Resoluções CNJ n. 347/2020 (que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário), e 358/2020 (regulamenta a criação de soluções tecnológica para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação);
- Resolução TSE n. 3.644/2021 (que trata da Política de Segurança da Informação – PSI no âmbito da Justiça Eleitoral);
- Resolução TSE n. 23.702/2022 (que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências);

- Resolução TRE-SP n. 580/2022, que trata da Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

Ademais, seguindo as diretrizes do Estatuto da Auditoria Interna (Resolução TRE-SP n. 640/2024), as atividades são conduzidas de forma sistemática e disciplinada, avaliando a eficácia dos processos corporativos, da governança, da gestão e do gerenciamento de riscos e controle.

O PAA 2025 busca garantir a execução de auditorias de forma eficiente e oportuna, com foco em áreas de maior risco, assegurando o uso responsável dos recursos públicos e a transparência das operações. A estruturação das auditorias também considera o contexto de um ano pós-eleitoral, que exige maior foco nas atividades administrativas e de controle.

2. CAPACIDADE OPERACIONAL

2.1 Estrutura da Secretaria

A Secretaria de Auditoria Interna (SAI) está subordinada à Presidência do TRE-SP e é composta, além do gabinete e da Coordenadoria de Auditoria e Consultoria de Gestão (COAUD), pelas seguintes seções:

- Seção de Auditoria Financeira (SEAF): avalia governança, riscos e controles internos em temas orçamentários, financeiros e contábeis.

- Seção de Auditoria de Aquisições, Contratos e Licitações (SEALC): avalia governança, riscos e controles internos em aquisições, contratos e licitações.
- Seção de Auditoria de Pessoal (SEAP): avalia a legalidade de admissões, aposentadorias e pensões, além dos processos de pessoal.
- Seção de Auditoria de Tecnologia da Informação (SEATI): focaliza na avaliação de riscos e controles relacionados à infraestrutura de TIC.
- Seção de Auditoria de Gestão e Apoio à Governança (SEAUG): avalia a eficácia das políticas de governança institucional e fornece apoio à gestão administrativa com auditorias em temas prioritários ou de interesse da administração.

Cada seção é responsável por auditorias específicas a seu eixo temático, envolvendo a avaliação da eficácia dos processos de governança, controle interno e gestão de riscos.

2.2 Pessoal Disponível

A força de trabalho disponível da SAI está distribuída nas suas unidades, com um total de 23 servidores alocados conforme detalhado na tabela abaixo. Essa estrutura de pessoal é fundamental para a execução das atividades de auditoria, monitoramento, consultoria, gestão interna e capacitação planejadas para o exercício de 2025.

Tabela 1 – Total de Servidores

Unidade	Números de servidores
SAI	1
GAB-SAI	3
COAUD	2
SEAF	4
SEALC	3
SEAP	4
SEATI	2
SEAUG	4
Total	23

[Audiodescrição: tabela composta por 10 linhas e 2 colunas, nas cores cinza escuro, branco, amarelo e azul. Na primeira coluna há os cabeçalhos de cada coluna: unidade, números de servidores. Na segunda linha: SAI, um. Na terceira linha: GAB-SAI, três. Na quarta linha: COAUD, dois. Na quinta linha: SEAF, quatro. Na sexta linha: SEALC, três. Na sétima linha: SEAP, quatro. Na oitava linha: SEATI, dois. Na nona linha: SEAUG, quatro. Na décima linha: total, vinte e três.]

As atividades realizadas pelas seções da SAI são planejadas para maximizar o uso dos recursos disponíveis, alocando os servidores de forma que cada unidade contribua para o alcance dos objetivos estratégicos de auditoria e conformidade. Entretanto, cabe observar que nem todos os servidores são direcionados para a execução direta das atividades de avaliação e consultoria.

Os servidores que ocupam posições de Secretário e Coordenador, bem como aqueles lotados no Gabinete (GAB-SAI) e na COAUD, são responsáveis por funções de supervisão, coordenação, assessoramento e suporte administrativo. Essas atividades incluem a gestão de equipes, o planejamento estratégico,

a articulação com outras áreas do Tribunal e a prestação de suporte administrativo necessário para o bom andamento das funções da SAI. Em razão dessas atribuições, esses servidores não são contabilizados na força de trabalho disponível para atividades operacionais de auditoria e consultoria.

2.3 Capacidade Quantitativa

A força de trabalho da SAI para 2025 será distribuída em quatro dimensões de atuação: auditoria e consultoria, monitoramentos, gestão interna e capacitação. Para otimizar essa alocação, a SAI adota a métrica de Esforço Dia Auditoria (EDA), que quantifica o esforço diário de um servidor em suas atividades, tanto finalísticas quanto administrativas.

Para calcular as EDAs disponíveis em 2025, foram considerados os seguintes critérios:

- Total de dias no ano: 365 dias.
- Sábados, domingos, feriados (inclui recesso do judiciário): 128 dias.
- Férias: 30 dias por membro da equipe de auditoria.
- Dias úteis líquidos: $365 - 128 - 30 = 207$ dias.
- Absenteísmo estimado (doença): 2,7% dos dias úteis líquidos, equivalente a 6 dias.
- Total de dias úteis líquidos: $207 - 6 = 201$ dias.

Com 17 integrantes na equipe de auditoria e 201 dias úteis líquidos disponíveis, o total de dias alocados para as atividades do Plano Anual de Auditoria em 2025 será de 3.417 dias.

Tabela 2 – Total de Dias de Atividades da SAI – 2025

Descrição	Total de dias
Total de dias em 2025	365 dias
Sábados, Domingos e Feriados	-128 dias
Férias	-30 dias
Absenteísmo estimado (doença) (2,7%)	-6 dias
Total de dias úteis líquidos (a)	201 dias
Número de integrantes da equipe de auditoria (b)	17
Total de dias alocados (a x b)	3.417 dias

[Audiodescrição: tabela composta por 8 linhas e 2 colunas, nas cores cinza escuro, branco, amarelo e azul. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: descrição e total de dias. Na segunda linha: total de dias em 2025, trezentos e sessenta e cinco dias. Na terceira linha: sábados, domingos e feriados, menos cento e vinte e oito dias. Na quarta linha: férias, menos trinta dias. Na quinta linha: absenteísmo estimado (doença) (dois vírgula sete por cento), menos seis dias. Na sexta linha: total de dias úteis líquidos (a), duzentos e um dias. Na sétima linha: número de integrantes da equipe de auditoria (b), dezessete dias. Na oitava linha: total de dias alocados (a vezes b), três mil quatrocentos e dezessete dias.]

Para o exercício de 2025, foram considerados 201 dias úteis líquidos e 17 integrantes da equipe de auditoria disponíveis para a execução das ações previstas no Plano Anual de Auditoria, resultando em um total de 3.417 dias alocados.

Dessa forma, para o exercício de 2025, a capacidade operacional de cada seção está distribuída conforme a tabela a seguir:

Tabela 3 – Capacidade operacional das Seções da SAI – 2025

Seção	Nº de Servidores	Esforço Dia Auditoria (EDA)
SEAF	4	804
SEALC	2	402
SEAP	3	603
SEATI	4	804
SEAUG	4	804
Total	17	3.417 dias alocados

[Audiodescrição: tabela composta por 7 linhas e 3 colunas, nas cores cinza escuro, branco, amarelo e azul. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: seção, número de servidores e esforço dia auditoria (EDA). Na segunda linha: SEAF, quatro, oitocentos e quatro. Na terceira linha: SEALC, dois, quatrocentos e dois. Na quarta linha: SEAP, três, seiscentos e três. Na quinta linha: SEATI, quatro, oitocentos e quatro. Na sexta linha: SEAUG, quatro, oitocentos e quatro. Na sétima linha: total, dezessete, três mil quatrocentos e dezessete dias alocados.]

2.4 Capacidade Qualitativa

No âmbito da execução do PAA, é importante salientar que todos os 17 servidores envolvidos nas atividades de avaliação (assurance) e consultoria possuem formação em nível superior. Além disso, 65% da equipe conta com pelo menos uma especialização acadêmica.

As áreas de graduação e as respectivas especializações da equipe estão detalhadas nas tabelas a seguir:

Tabela 4 – Cursos de Graduação dos servidores da SAI

Curso de Graduação	Analistas	Técnicos	Total
Direito	3	5	8
Matemática	1		1
Administração	1		1
Engenharia de Computação	1		1
Tecnologia da Informação e Internet	1		1
Tecnologia em rede de computadores		1	1
Ciência da Computação	1		1
Psicologia	1		1
Contabilidade	4		4

[Audiodescrição: tabela composta por 10 linhas e 2 colunas, nas cores cinza escuro, branco e amarelo. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: curso de graduação, analistas, técnicos e total. Na segunda linha: direito, três, cinco, oito. Na terceira linha: matemática, um, nenhum, um. Na quarta linha: administração, um, nenhum, um. Na quinta linha: engenharia de computação, um, nenhum, um. Na sexta linha: tecnologia da informação e internet, um, nenhum, um. Na sétima linha: tecnologia em rede de computadores, nenhum, um, um. Na oitava linha: ciência da computação, um, nenhum, um. Na nona linha: psicologia, um, nenhum, um. Na décima linha: contabilidade, quatro, nenhum, quatro.]

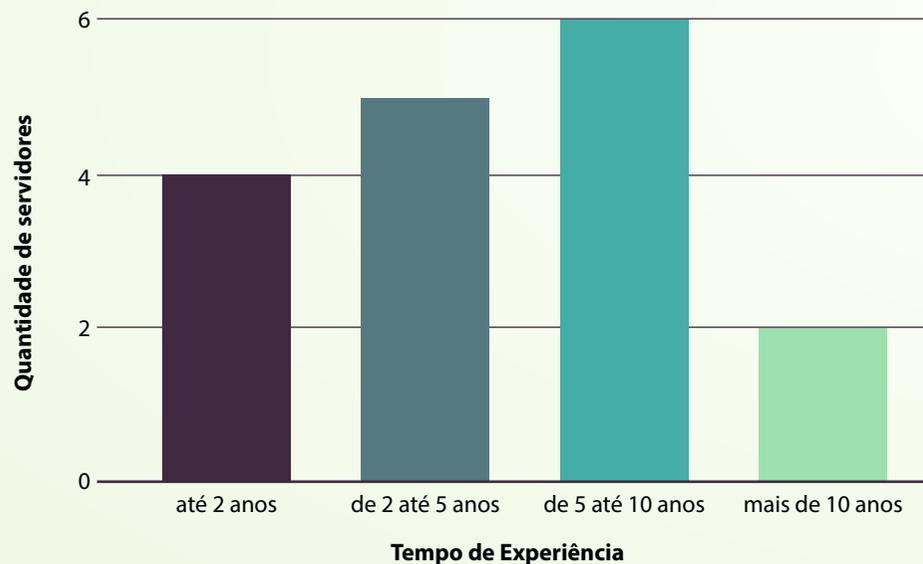
Tabela 5 – Cursos de Pós-Graduação dos servidores da SAI

Curso de Pós Graduação	Analistas	Técnicos	Total
Direito Público	2	2	4
Direito Constitucional		1	1
Gestão e Desenvolvimento de Sistemas de Informação	1		1
Direito Público, Direito Civil e Processo Civil	1		1
Auditoria e Perícia Contábil	1		1
Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal	2		2
Contabilidade Pública, Gestão em Controladoria Governamental	1		1
Direito		1	1

[Audiodescrição: tabela composta por 9 linhas e 2 colunas, nas cores cinza escuro, branco e amarelo. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: curso de pós-graduação, analistas, técnicos e total. Na segunda linha: direito público, dois, dois, quatro. Na terceira linha: direito constitucional, nenhum, um, um. Na quarta linha: gestão e desenvolvimento de sistemas de informação, um, nenhum, um. Na quinta linha: direito público, direito civil e processo civil, um, nenhum, um. Na sexta linha: auditoria e perícia contábil, um, nenhum, um. Na sétima linha: contabilidade pública e a lei de responsabilidade fiscal, dois, nenhum, dois. Na oitava linha: contabilidade Pública, gestão em controladoria governamental, um, nenhum, um. Na nona linha: direito, um, um, dois.]

Quanto ao tempo de experiência em auditoria, observou-se que a maior parte da equipe tem até 5 anos de experiência, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Experiência em Auditoria Interna



[Audiodescrição: o gráfico de colunas apresenta a quantidade de servidores por tempo de experiência. O eixo horizontal (x) representa o tempo de experiência em anos, enquanto que o eixo vertical (y) mostra a quantidade de servidores. A primeira coluna, até 2 anos, apresenta a quantidade de 4 servidores. A segunda coluna, de 2 até 5 anos, apresenta a quantidade de 5 servidores. A terceira coluna, de 5 até 10 anos, apresenta a quantidade de 6 servidores. A quarta coluna, mais de 10 anos, apresenta a quantidade de 2 servidores.]

A análise do gráfico revela que a maior parte da equipe de auditoria possui uma trajetória profissional de até 5 anos na área, caracterizando um perfil predominantemente júnior. Essa composição, embora jovem em termos de experiência específica, coexiste com a presença de profissionais mais seniores, o que enriquece o time com diferentes níveis de conhecimento e expertise, contribuindo para uma abordagem mais completa e abrangente dos trabalhos de auditoria.

3. RECURSOS NECESSÁRIOS

3.1 Infraestrutura

Para a realização do PAA a atual infraestrutura da SAI, descrita abaixo, se mostra suficiente:

1. Estrutura física: um pavimento de 249,39 m², localizado no 8º andar do edifício da Sede II, distribuídos em gabinete, sala de reunião, banheiros e sala de trabalho, equipado com 27 estações de trabalho, contendo mesas de escritório, cadeiras, microcomputadores com 2 monitores cada.
2. Estrutura tecnológica: acesso aos sistemas e ferramentas essenciais para as atividades de auditoria, incluindo, Google Workspace, Windows, Pacote Office, SEI (Sistema Eletrônico de Informações), Access, Bizagi, e-Pessoal, SGRH, SIAFI, Tesouro Gerencial, Sistema e-Contas, Intranet e Internet, correio eletrônico.

3.2 Serviços contratados

Contratação da Consultoria Zênite Fácil – Contratação Pública, que disponibiliza uma extensa gama de conteúdos especializados, abrangendo doutrinas, legislação comentada, modelos de editais, termos de referência, projetos básicos, contratos, além de um conjunto de perguntas e respostas sobre o tema. Este serviço proporciona acesso facilitado a informações jurídicas e operacionais atualizadas, constituindo um suporte relevante para execução do PAA.

4. AÇÕES PREVISTAS

O PAA deve ser elaborado e fundamentado nas prioridades da gestão e nas necessidades das partes interessadas, com o objetivo de assegurar que as atividades de auditoria estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da organização.

O presente plano foi desenvolvido para que os recursos da SAI sejam aplicados estrategicamente, mitigando vulnerabilidades e fortalecendo a integridade dos processos internos.

No entanto, é importante destacar que a SAI atualmente não dispõe de capacidade operacional plena, o que restringe a execução de um número maior de auditorias.

Dessa forma, a seleção de objetos para serem auditados contemplou somente auditorias e atividades obrigatórias, incluindo a conclusão de duas ações iniciadas em 2024, uma auditoria especial solicitada pela Presidência, e uma auditoria no tema de segurança da informação, em atendimento à recomendação do CNJ.

4.1 Auditorias

Consideram-se ações de auditoria os processos de avaliação e consultoria, organizados nas seguintes modalidades:

- **Avaliação:** processo sistemático, independente e objetivo de coleta e análise de informações para determinar se os objetivos estabelecidos estão sendo

alcançados, se os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente e eficaz, e se as informações estão sendo apresentadas de forma precisa e relevante;

- **Consultoria:** atividade de aconselhamento, assessoria, treinamento e serviços relacionados, cuja natureza, prazo e escopo são acordados com o solicitante, devendo abordar assuntos estratégicos da gestão, com vistas a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos sem que o auditor interno pratique qualquer atividade que se configure como ato de gestão;
- **Monitoramento:** ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações feitas pela unidade de auditoria interna em trabalhos de auditoria;
- **Análises mandatórias:** são aquelas que a unidade de auditoria interna deve realizar por força de comando legal ou constitucional, no exercício de seu papel como integrante do sistema de controle interno, previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988. Essas análises também são realizadas em atendimento a comandos legais ou infralegais, como a Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei n. 8.443/1992 (Lei do Tribunal de Contas da União) e a Resolução TCU n. 246/2011 (Regimento Interno do TCU).

As atividades de auditoria planejadas para 2025 estão detalhadas no Apêndice 1 deste documento e classificadas por modalidade, alocando-se para estas atividades aproximadamente 86% do total de EDAs disponíveis, correspondendo a 2.919 dias.

Estão previstas 6 auditorias, 4 monitoramentos e 2 consultorias. Quanto às análises mandatórias, os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) serão revisados trimestralmente, enquanto os atos e processos administrativos sujeitos a registro no TCU serão analisados conforme demanda, cuja previsão de atos a analisar é de 140 admissões, 30 aposentadorias e 10 pensões, perfazendo junto com as análises de RGF um volume total anual de 175 EDAs.

4.2 Gestão Interna

A dimensão Gestão Interna visa fortalecer a atuação da SAI, focando na revisão dos processos de trabalho e alinhamento aos padrões internacionais, no fortalecimento das relações institucionais da auditoria, na elaboração de normatização interna, além da execução de atividades administrativas.

Assim, aproximadamente 10% dos EDAs disponíveis para 2025, ou 330 dias, foram destinados às ações descritas no Apêndice 2 deste documento, distribuídas entre as atividades administrativas e os projetos de normas internas, de gestão de riscos, de implementação do IA-CM e do desenvolvimento do dashboard da auditoria.

5. CUSTO

O custo orçamentário do PAA foi estimado com base no custo do Esforço Dia Auditoria (EDA), calculado com base em dois componentes principais: as remunerações dos auditores, que representam 97,4% do total, e a alocação de

despesas administrativas, que corresponde a 2,6%. Esse modelo de rateio reflete o peso das horas de trabalho dos servidores como o principal fator de custo, enquanto as despesas operacionais têm impacto menor no valor final.

Para determinar o valor do EDA, foi consultado o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC) para obter o valor das despesas administrativas do prédio da Sede II (Dr. Falcão). A base da consulta foram os valores apresentados no último Relatório Geral de Custos do imóvel da Sede II, referente ao exercício de 2023, local no qual a SAI está instalada. A partir deste valor, aplicou-se o percentual correspondente à área ocupada pela SAI, somado à participação nas áreas comuns compartilhadas com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). Em seguida, foram aplicados os índices de reajustes para o exercício de 2024 e posteriormente para 2025, com base na meta do IPCA do Banco Central, acrescida da tolerância definida (4,5% + 1,5%).

Para obtenção do total das despesas de pessoal, foi consultado o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) para gerar o relatório “Demonstrativo de Despesas, Patronal e Físico”, na opção “financeiro por centro de custo”, utilizando como base o último mês fechado (outubro/2024). A partir deste valor, projetaram-se as despesas dos últimos 2 meses de 2024, aplicando-se, então, o reajuste dos servidores do Poder Judiciário para o exercício de 2025 (6,13%), além das promoções anuais.

Finalmente, o valor do EDA foi calculado pela razão entre a soma das despesas administrativas e de pessoal, dividida pelo número de servidores da SAI (23) e dias úteis líquidos (201). Essa fórmula resultou em uma estimativa do valor do EDA de R\$ 1,84 mil, representando o custo médio diário por auditor.

Tabela 6 – Cálculo da EDA

Despesas de pessoal e administrativas	Projeção 2025 (R\$ mil)	Percentual
Despesas de pessoal	8.116	95,5%
Despesas administrativas	381	4,5%
Custo total	8.497	100%
Custo da EDA	1,84	

[Audiodescrição: tabela composta por 5 linhas e 3 colunas, nas cores cinza escuro, branco, amarelo e azul. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: despesas de pessoal e administrativas, projeção 2025 (R\$ mil) e percentual. Na segunda linha: despesas de pessoal, oito mil cento e dezesseis, noventa e cinco vírgula cinco por cento. Na terceira linha: despesas administrativas, trezentos e oitenta e um, quatro vírgula cinco por cento. Na quarta linha: custo total, oito mil quatrocentos e noventa e sete, cem por cento. Na quinta linha: custo da EDA, um vírgula oitenta e quatro.]

O valor do EDA calculado é essencial para a estimativa de custos das atividades de auditoria, conforme apresentado na tabela seguir:

Tabela 7 – Custo das atividades de auditoria 2025

Atividade de Auditoria	EDAs*	Custo (R\$ mil)
Auditorias	2.174	4.000
Análises Mandatórias	175	322
Monitoramentos	560	1.030
Consultorias	40	74
Custo total das atividades de auditoria	2.949	5.426

* Conforme Apêndice 1.

[Audiodescrição: tabela composta por 6 linhas e 3 colunas, nas cores cinza escuro, branco, amarelo e azul. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: atividade de auditoria, EDAs e custo

(R\$ mil). Na segunda linha: auditorias, dois mil cento e setenta e quatro, quatro mil. Na terceira linha: análises mandatórias, cento e setenta e cinco, trezentos e vinte e dois. Na quarta linha: monitoramentos, quinhentos e sessenta, mil e trinta. Na quinta linha: consultorias, quarenta, setenta e quatro. Na sexta linha: custo total das atividades de auditoria, dois mil novecentos e quarenta e nove, cinco mil quatrocentos e vinte e seis.]

6. ORÇAMENTO

Embora as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis ao setor público, em geral, dificultem a criação de um orçamento específico e independente para as auditorias internas, a maior parte do custo necessário para realização do PAA decorre de despesas obrigatórias garantidas por lei (despesa com pessoal), conforme demonstrado no item anterior. Ademais, a participação ativa da SAI na elaboração da proposta orçamentária 2025, garantiu os recursos necessários para custear as despesas discricionárias necessárias ao cumprimento do PAA.

Entretanto, é necessário que a SAI seja consultada, caso haja contingenciamento que impacte no corte de gastos, especialmente em relação às despesas relativas à capacitação e à contratação da consultoria da Zênite.

7. CAPACITAÇÃO

Para 2025, foram reservados 298 dias de capacitação (2.385 horas) para os servidores lotados na SAI, garantindo, dessa forma, o mínimo de 40 horas de capacitação para cada servidor previsto no Estatuto da Auditoria Interna (Res.

TRE-SP n. 640/2024, arts. 35 a 39), conforme demonstrado no Plano Anual de Capacitação de Auditoria Interna (PAC-Aud), Apêndice 3 deste documento. As ações de capacitação selecionadas visam aprimorar as competências técnicas e profissionais dos servidores, fortalecendo suas habilidades para os desafios do próximo ciclo de auditorias.

Além do desenvolvimento técnico, essas capacitações promovem a integração e a colaboração entre os servidores, elevando a qualidade das auditorias realizadas pela SAI. As capacitações foram definidas conforme as demandas específicas de cada área e alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição, preparando a equipe de auditoria para atuar com eficiência e observando as exigências legais e normativas.

Os servidores dos gabinetes da SAI e da Coordenadoria também participarão de treinamentos em áreas de interesse específico, garantindo que estejam atualizados e capacitados para apoiar as atividades da SAI, tanto em funções administrativas quanto em funções estratégicas. Embora essas capacitações não estejam incluídas nas reservas formais de dias de capacitação, a participação dos servidores das áreas de suporte é fundamental para que todos os envolvidos no processo de auditoria mantenham-se alinhados às práticas e conhecimentos necessários, contribuindo para a eficácia e a coesão das operações da SAI.

Por fim, o Plano de Capacitação da SAI foi incluído no Plano Anual de Capacitações do Tribunal, o que garante o apoio da Alta Administração para a realização das ações de capacitação.

8. DESEMPENHO E MÉTRICAS

Para o exercício de 2025, o PAA irá incorporar uma abordagem de monitoramento e avaliação de desempenho que utiliza indicadores-chave de desempenho – KPI (Key Performance Indicators) e objetivos e resultados-chave – OKR (Objectives and Key Results) com o intuito de aprimorar a eficiência, a eficácia e a transparência das atividades de auditoria. A implementação dos KPIs, está em conformidade com o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), que orienta a aplicação de métricas específicas para avaliação contínua do desempenho e é essencial para garantir um nível elevado de maturidade e qualidade nas práticas de auditoria interna.

8.1 Indicadores de Desempenho (KPIs)

Os KPIs foram estabelecidos para avaliar e monitorar a execução das ações previstas no PAA, com periodicidade que permite o controle contínuo e sistemático das atividades de auditoria. Além de seu papel fundamental de controle, a adoção de KPIs atende às exigências do IA-CM, que demanda métricas quantitativas e objetivas como critério para avaliação e evolução das práticas de auditoria interna. As métricas adotadas são as seguintes:

- KPI 1: Taxa de desempenho da auditoria. Meta: concluir 90% das fases das auditorias e monitoramentos, garantindo a execução das ações previstas no PAA;

- KPI 2: Taxa de execução da análise de atos mandatórios. Meta: analisar 100% dos atos mandatórios no prazo previsto, buscando a conformidade dos prazos de análise e resposta de todos os atos mandatórios;
- KPI 3: Taxa de execução dos projetos de melhoria. Meta: implementar 80% das ações de melhorias previstas, com foco na conclusão de iniciativas de melhoria contínua.
- KPI 4: Taxa de capacitação: Meta: capacitar 90% dos servidores da SAI com pelo menos 40h de treinamento, garantindo a proficiência da equipe de auditoria.

8.2 Objetivos e Resultados-Chave (OKRs)

Os OKRs foram delineados para alinhar o PAA com os objetivos estratégicos da organização, promovendo o direcionamento qualitativo das operações e medindo o progresso quantitativo. Os principais objetivos e resultados-chave incluem:

- Objetivo: Melhorar a eficiência e efetividade do processo de auditoria interna
 - KR 1: Agilidade da auditoria: Meta: reduzir em 10% o tempo estimado das auditorias e monitoramentos, com foco na melhora da eficiência das auditorias e monitoramentos.
 - KR 2: Efetividade da auditoria. Meta: atingir 60% de implementação das recomendações, buscando garantir a efetividade das melhorias propostas.

Essas métricas e objetivos guiarão o desempenho do PAA, possibilitando acompanhamento contínuo e aprimoramento das operações de auditoria ao longo do ano, consolidando uma cultura de excelência e alinhamento com as melhores práticas de governança e gestão pública.

Caberá à SAI, ainda, elaborar as instruções para mensuração dos indicadores, bem como a definição da periodicidade de medição.

APÊNDICE 1

a) Auditorias

ITEM	OBJETO DA AUDITORIA	RISCOS	RELEVÂNCIA	BREVE EXPLICAÇÃO DO OBJETIVO	RESULTADOS / BENEFÍCIOS ESPERADOS	ESCOPO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	UNIDADE DE AUDITORIA RESPONSÁVEL	EDA
01	Auditoria de Contas Anuais (conclusão da auditoria de exercício 2024 e início da auditoria exercício 2025)	Erros nas demonstrações contábeis; não conformidade com normas contábeis; fraudes	A certificação das contas é fundamental para a transparência e accountability da gestão pública	Avaliar se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis e estão livres de distorções relevantes, e também se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis	Certificar as contas do TRE-SP com um nível de segurança mínimo necessário	Análise das demonstrações contábeis, transações subjacentes, e atos de gestão	janeiro a abril – exercício 2024 agosto a dezembro – exercício 2025	SEAF	760
02	Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores	Procedimentos inadequados e/ou discordantes com as diretrizes definidas para a gestão e destinação de bens e valores oriundos de prestações pecuniárias, recolhidas em todas as fases do processo criminal, e de bens e valores oriundos das penas de multa, perda de bens e valores, decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional, podendo resultar em ausência de controle, de transparência na destinação, e/ou má aplicação e descrédito no sistema penal.	Assegurar a correta aplicação dos recursos, promovendo integridade e transparência na gestão de valores e bens oriundos de processos criminais.	Avaliar a aderência às diretrizes legais e normativas que orientam a gestão, o controle e a destinação dos aludidos recursos, aplicando as ferramentas metodológicas apropriadas para aferir as práticas atuais, bem como orientar intervenções que garantam a publicidade e a transparência dos atos.	Melhor controle e transparência na gestão e destinação dos recursos, redução de riscos de irregularidades e cumprimento dos normativos aplicáveis.	Exames de conformidade, com possíveis aspectos operacionais, em procedimentos de destinações, de controle e de gestão de valores e bens, de modo a assegurar a publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos.	maio a julho	SEAUG	240
03	Auditoria Especial na Transparência	Risco de falta de transparência nas informações prestadas e possível não conformidade com a legislação	A transparência é fundamental para a accountability e confiança pública	Avaliar a eficácia das práticas de transparência adotadas pelo TRE-SP, verificando o cumprimento das normas de acesso à informação e a adequação das informações divulgadas	Melhorar a transparência, promover a accountability e fortalecer a confiança pública nas ações do TRE-SP	Análise dos dados e documentos que evidenciam a transparência	abril a novembro	SEAUG	394

ITEM	OBJETO DA AUDITORIA	RISCOS	RELEVÂNCIA	BREVE EXPLICAÇÃO DO OBJETIVO	RESULTADOS / BENEFÍCIOS ESPERADOS	ESCOPO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	UNIDADE DE AUDITORIA RESPONSÁVEL	EDA
04	Auditoria ordinária em Segurança da Informação	Vulnerabilidades em sistemas de informação; vazamentos de dados e não conformidade com normas de segurança	A segurança da informação é fundamental para a proteção de dados sensíveis e a continuidade das operações	Avaliar a eficácia dos controles de segurança da informação implementados pelo TRE-SP, garantindo a proteção de dados e a integridade das informações geridas	Fortalecimento das medidas de segurança da informação e proteção de dados.	Sistemas de informação e controles de segurança	março a julho	SEATI	400
05	Continuidade da Auditoria Operacional no planejamento das contratações (exceto terceirizados, temporários, estagiários e TIC)	Risco de ineficiência e ineficácia nas contratações, assim como falta de adequação dos projetos às demanda	A qualidade no planejamento de contratações é essencial para garantir o uso eficiente dos recursos públicos.	Avaliar a eficiência, a eficácia e a economicidade no processo de elaboração dos Projetos Básicos e Termos de Referência, com a verificação de adequação e pertinência dos termos de referência e projetos básicos frente à demanda	Aprimoramento dos controles internos e melhoria na gestão das contratações	Projetos Básicos e Termos de Referência	março a setembro	SEALC	350
06	Continuidade da Auditoria preventiva de contratações de 2024	Não conformidade nos processos licitatórios; falhas no cumprimento da legislação	A conformidade nas licitações é fundamental para garantir a transparência e a legalidade dos processos	Avaliar a conformidade dos processos licitatórios em relação às normas e regulamentos	Mitigação de riscos de irregularidades e promoção da transparência.	Análise dos processos licitatórios em andamento.	janeiro a março	SEALC	30

b) Análises mandatórias

ITEM	AÇÃO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	EDA	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	Avaliação dos Relatórios de Gestão Fiscal	Janeiro, maio e setembro	15	SEAF
2	Avaliação dos atos sujeitos a registro no TCU e seus respectivos processos administrativos	Janeiro a dezembro	160	SEAP

c) Monitoramentos

ITEM	CICLO	PROCESSO SEI	DESCRIÇÃO	UNIDADE AUDITADA	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	EDA	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	1º	00017344-86.2021.6.26.8000	Auditoria preventiva na Folha de Pagamento, com ênfase nos acertos financeiros de aposentadoria, exoneração, vacância por posse em cargo inacumulável e redistribuição	SGP	março a maio	140	SEAP
2	2º	0040744-37.2018.6.26.8000	Auditoria integrada do processo de gestão da força de trabalho na Justiça Eleitoral	SGP	maio a julho	140	SEAP
3	3º	0043597-19.2018.6.26.8000	Auditoria de controles internos de pagamentos de contratos de bens, serviços e locações, em especial ordem cronológica de pagamentos	SOF	junho e julho	140	SEAF
4	1º	0024677-21.2023.6.26.8000	Ação coordenada de Auditoria sobre a Política contra o Assédio e a Discriminação no Poder Judiciário	CPEAMASD ¹ de 1ª e 2ª instâncias SGP SAM	janeiro a março	140 ²	SEAUG

d) Consultorias

ITEM	OBJETO DE CONSULTORIA	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	EDA	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	Consultoria em licitações e contratos	outubro a dezembro	20	SEALC
2	Consultoria em gestão de pessoas	outubro a dezembro	20	SEAP

¹ CPEAMASD – Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação de 1ª e 2ª instâncias

² 126 dias alocados para a SEAUG e 14 dias alocados para a SEALC

APÊNDICE 2

a) Gestão Interna

AÇÃO	EDA	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Projeto Normas Internas	120	janeiro a dezembro	SEAF e SEAP
Projeto Gestão de Riscos	30	setembro a dezembro	SEALC
Projeto IA-CM	30	janeiro a dezembro	SEAP
Projeto Dashboard	30	janeiro e outubro	SEATI
Gestão administrativa	120	janeiro a dezembro	Todas as seções

APÊNDICE 3

a) Ações de capacitação

TREINAMENTO	EMPRESA	OBJETIVO GERAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES	MODALIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	UNIDADE	VALOR TOTAL DA AÇÃO
Curso Falar Melhor Intensivo	IBRO	Aprimorar a comunicação da auditoria, visando apresentar os resultados com maior clareza e persuasão, garantindo entendimento e credibilidade junto às partes interessadas.	8	Presencial in company	1º quadrimestre	14 horas	SAI, COAUD, SEAUG, SEAF, SEATI, SEAP, SEALC	R\$ 24.350,00
Reconhecendo cenários, tendências e suas consequências	ENAP	Desenvolver competência relacionada à visão sistêmica.	4	Autoinstrucional	1º quadrimestre	34 horas	GAB-SAI, SEALC	Gratuito
Normas Internacionais de Auditoria Financeira – NIA	EVG	Fornecer conhecimentos sobre as normas internacionais de auditoria financeira permitindo que os servidores ofereçam aos usuários e à sociedade produtos de qualidade elevada, que agregem valor à gestão pública.	4	Autoinstrucional	1º quadrimestre	40 horas	SEAF	Gratuito
Nova lei de Licitações – Planejamento e Governança	EVG	Aperfeiçoar os conhecimentos em virtude da alteração legislativa.	2	Autoinstrucional	1º quadrimestre	25 horas	SEALC	Gratuito
Português – interpretação de texto e emprego de regras gramaticais	EVG	Aprimoramento dos conhecimentos/reciclagem.	1	Autoinstrucional	1º quadrimestre	40 horas	SEALC	Gratuito
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	ENAP	Aprimorar o conhecimento sobre conceitos de técnicas utilizadas na auditoria para saber aplicá-las adequadamente.	5	Autoinstrucional	1º quadrimestre	24 horas	SEAP, GAB-SAI	Gratuito
Fundamentos da Segurança Cibernética – Introdução ao CIS Controls	ENAP	Proporcionar aprendizado dos fundamentos de privacidade e segurança cibernética e uma visão inicial dos 18 controles do CIS (Center for Internet Security).	2	Autoinstrucional	1º quadrimestre	25 horas	SEATI	Gratuito

TREINAMENTO	EMPRESA	OBJETIVO GERAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES	MODALIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	UNIDADE	VALOR TOTAL DA AÇÃO
Segurança Cibernética: Controles 1 a 6 do CIS Controls	ENAP	Proporcionar aprendizado dos seis primeiros controles do CIS, com práticas para prevenir ataques e garantir segurança cibernética.	2	Autoinstrucional	1º quadrimestre	25 horas	SEATI	Gratuito
Segurança Cibernética: Controles 13 a 18 do CIS Controls	ENAP	Proporcionar aprendizado dos controles 13 a 18 do CIS, com estratégias para proteger ativos críticos e aumentar a resiliência contra ameaças complexas.	2	Autoinstrucional	1º quadrimestre	25 horas	SEATI	Gratuito
Segurança Cibernética: Controles 7 a 12 do CIS Controls	ENAP	Proporcionar aprendizado dos controles 7 a 12 do CIS para mitigar riscos, detectar vulnerabilidades e fortalecer sua infraestrutura digital.	2	Autoinstrucional	1º quadrimestre	25 horas	SEATI	Gratuito
Assédio Moral: O que saber e fazer	ENAP	Promover reflexão sobre o assédio moral no trabalho, incentivando análise de condutas profissionais e melhorias no ambiente organizacional.	3	Autoinstrucional	1º quadrimestre	12 horas	SEAUG	Gratuito
Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e Moral	ENAP	Aprimorar o conhecimento sobre as causas e características do assédio moral e sexual, com foco na prevenção e combate no setor público.	3	Autoinstrucional	1º quadrimestre	6 horas	SEAUG	Gratuito
CIA – Parte 1: Princípios da Auditoria Interna	IIA	Aprimorar os conhecimentos adquiridos nos cursos Audi 1 e Audi 2, visando capacitação nos conteúdos cobrados na primeira prova da certificação CIA do IIA.	2	EAD ao vivo	2º quadrimestre	32 horas	COAUD	R\$ 7.000,00
Inteligência Artificial no Contexto do Serviço Público	ENAP	Conhecer como as ferramentas de IA podem ser aplicadas na criação de soluções no contexto do serviço público.	4	Autoinstrucional	2º quadrimestre	20 horas	GAB-SAI, SEALC	Gratuito
FRAUD	IIA	Capacitar na detecção, tratamento, controle e prevenção da fraude em processos, visando fortalecer a ética e o combate às fraudes na instituição.	9	EAD ao vivo	2º quadrimestre	24 horas	SAI, GAB-SAI, COAUD, SEAUG, SEAF, SEATI, SEAP, SEALC	R\$ 22.500,00
Audi 1 EOP	IIA	Capacitar o servidor para atuar de acordo com as melhores práticas profissionais de mercado alinhadas às premissas estabelecidas no IPPF "Estrutura Internacional de Práticas Profissionais".	1	EAD ao vivo	2º quadrimestre	24 horas	SEAF	R\$ 2.500,00

TREINAMENTO	EMPRESA	OBJETIVO GERAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES	MODALIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	UNIDADE	VALOR TOTAL DA AÇÃO
Excel Intermediário com ChatGPT para Servidores Públicos	MMP CURSOS	Capacitar os servidores públicos com habilidades avançadas no Excel, permitindo-lhes automatizar processos e criar relatórios dinâmicos.	7	EAD ao vivo	2º quadrimestre	20 horas	SEAF, SEALC	R\$ 10.990,00
Análise de Riscos e Controles nas Licitações Públicas – Nova Lei n. 14.133/21 (NLLC)	MMP CURSOS	Proporcionar aos participantes conhecimento detalhado sobre gerenciamento de riscos em licitações públicas, com foco na Nova Lei n. 14.133/21.	6	EAD ao vivo	2º quadrimestre	16 horas	SEAF, SEALC	R\$ 11.940,00
Auditoria Financeira no Setor Público: Foco em Despesa com Pessoal	MMP CURSOS	Capacitar os servidores com vistas a conduzir auditorias detalhadas em folha de pagamento e despesas com pessoal, enfocando as melhores práticas e técnicas atualizadas do setor.	4	EAD ao vivo	2º quadrimestre	20 horas	SEAF, SEAP	R\$ 9.400,00
Nova Lei de Licitações e contratos: aspectos gerais e pontos de atenção	EVG	Aperfeiçoar os conhecimentos em virtude da alteração legislativa	2	Autoinstrucional	2º quadrimestre	40 horas	SEALC	Gratuito
Elaboração de relatórios de auditoria	EVG	Reciclagem.	1	Autoinstrucional	2º quadrimestre	24 horas	SEALC	Gratuito
Gestão de Riscos em processos de trabalho (segundo Coso)	ENAP	Capacitação para aplicar as noções de gestão de riscos no âmbito do setor público.	3	Autoinstrucional	2º quadrimestre	20 horas	SEAP	Gratuito
Curso de aprofundamento em Lei de Acesso à Informação e Transparência Pública	CEAJUD (CNJ)	Capacitação para atuar em auditoria de Lei de Acesso à Informação, conhecendo os fundamentos normativos e operacionais para aplicação da referida Lei.	4	Autoinstrucional	2º quadrimestre	10 horas	SEAUG	Gratuito
Acesso à Informação	ENAP	Capacitação para atuar em auditoria de Lei de Acesso à Informação, conhecendo os fundamentos normativos e operacionais para aplicação da referida Lei.	4	Autoinstrucional	2º quadrimestre	20 horas	SEAUG	Gratuito

TREINAMENTO	EMPRESA	OBJETIVO GERAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES	MODALIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	UNIDADE	VALOR TOTAL DA AÇÃO
CONBRAI	IIA	Congresso Brasileiro de Auditoria Interna 2025	5	Presencial	3º quadrimestre	21 horas	COAUD, SEALC, SEAF, SEAUG	R\$ 23.000,00
Tesouro Gerencial	EVG	Compreender e aplicar as funcionalidades do Tesouro Gerencial, um importante sistema para acompanhamento da execução orçamentária e financeira do governo federal.	1	Autoinstrucional	3º quadrimestre	60 horas	SEAF	Gratuito
Aplicando sanções administrativas	EVG	Aprimoramento/reciclagem dos conhecimentos para monitoramento da auditoria de penalidades em 2026.	2	Autoinstrucional	3º quadrimestre	29 horas	SEALC	Gratuito
Gestão e fiscalização de contratos	EVG	Aprimoramento dos conhecimentos necessários para auditoria de contas.	2	Autoinstrucional	3º quadrimestre	40 horas	SEALC	Gratuito
Nova Lei de Licitações: Gestão Contratual	EVG	Aprimoramento dos conhecimentos necessários para auditoria de contas.	2	Autoinstrucional	3º quadrimestre	25 horas	SEALC	Gratuito
ITIL 4 Foundation	IT Partners	Compreensão abrangente dos princípios do ITIL 4 para gerenciamento de serviços de TI.	4	EAD ao vivo	3º quadrimestre	16 horas	SEATI, COAUD	R\$ 2.800,00
Audi 2 EOP	IIA	Aprimorar o conhecimento sobre riscos, transparência e governança, além de abordar o planejamento estratégico e garantia de qualidade da auditoria interna e técnicas para a execução de auditoria interna baseadas em riscos.	2	EAD ao vivo	3º quadrimestre	24 horas	SEAUG, SEAF	R\$ 5.000,00
Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental	ENAP	Aprimorar aspectos teóricos e normativos para elaborar e gerir papéis de trabalho em auditoria interna, com exemplos práticos para reforçar independência e objetividade.	4	Autoinstrucional	3º quadrimestre	16 horas	SEAUG, SEATI, GAB-SAI	Gratuito



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo